

Conhecimentos de educadores de creches sobre alimentação infantil

Knowledge of educators from day care centers about infant feeding

Elaine Emy Shimabukuro¹, Mariana de Novaes Oliveira², José Augusto de A. C. Taddei³

RESUMO

Objetivo: Avaliar o conhecimento das educadoras de creches sobre a alimentação nos primeiros anos de vida.

Métodos: Estudo transversal com 137 educadoras de oito creches do município de São Paulo, selecionadas no universo de 36 creches pertencentes à Coordenadoria de Santo Amaro, segundo critérios descritos a partir da metodologia proposta por Beghin. Para avaliar o conhecimento sobre alimentação das educadoras, foi construído e aplicado um questionário estruturado e pré-codificado com questões de múltipla escolha e “verdadeiro e falso” durante as reuniões mensais realizadas nas creches. No estudo das associações, utilizou-se o teste do qui-quadrado, selecionando variáveis com nível de significância $p < 0,05$.

Resultados: A idade das educadoras variou de 19 a 66 anos, com mediana de 38 anos, sendo que 41,3% tinham curso superior completo. A mediana e o desvio padrão (dp) do número de erros nas questões dos subtemas aleitamento materno, aleitamento artificial, alimentação complementar e de todas as questões sobre alimentação foram respectivamente: 3 (dp=1,75); 2 (dp=0,87); 2 (dp= 0,96) e 7 (dp=2,65).

Conclusões: Faz-se necessária a difusão dos programas de ação continuada e o aprimoramento de ações intersetoriais, envolvendo equipes multiprofissionais e creches locais, pois somente os conhecimentos incorporados na prática são insuficientes para promover boa alimentação e hábitos alimentares saudáveis para o crescimento e o desenvolvimento adequados das crianças atendidas.

Palavras-chaves: conhecimento; alimentação; pré-escolar; cuidadores.

ABSTRACT

Objective: To assess daycare centers educators' knowledge on feeding during the first year of life.

Methods: Cross-sectional study comprising 137 educators from eight daycare centers of São Paulo city (Brazil) selected from the universe of 36 daycare centers linked to Santo Amaro Coordination. Selection was based on Beghin's methodology. In order to assess educators' knowledge on feeding a structured, previously codified and tested questionnaire was built with true/false and multiple choices questions and applied. Chi-square test was used to test association between selected variables, being significant $p < 0.05$.

Results: Educators' ages ranged from 19 to 66, with a median of 38 years; 41.3% had completed university education. Regarding errors for questions on breastfeeding, artificial lactation, complementary feeding and the sum of all questions about infant feeding, the median and standard deviation (sd) were respectively: 3 (sd=1.75); 2 (sd=0.87); 2 (sd= 0.96) and 7 (sd=2.65).

Conclusions: Continuous action programs and improvement of intersectorial actions involving multidisciplinary teams and local daycare centers are required, since solely the knowledge incorporated into practice is not sufficient to promote good feeding and healthy eating habits for the proper growth and development of the assisted children.

Key-words: knowledge; feeding; child, child preschool; caregivers.

¹Nutricionista, especialista em Saúde, Nutrição e Alimentação Infantil da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp-EPM), São Paulo, SP, Brasil

²Nutricionista, mestre em Ciências da Saúde pela Unifesp-EPM, São Paulo, SP, Brasil

³Professor associado da disciplina de Nutrologia do Departamento de Pediatria da Unifesp-EPM, São Paulo, SP, Brasil

Endereço para correspondência:

José Augusto de A. C. Taddei
Rua Loefgreen, 1.647 – Vila Clementino
CEP 04040-032 – São Paulo/SP
E-mail: taddei.dped@epm.br/nutsec@yahoo.com.br

Recebido em: 14/12/2007

Aprovado em: 29/6/2008

Fonte financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) processo nº 2006/02597

Introdução

No Brasil, a implantação de creches ocorreu na década de 1920 por iniciativa de instituições filantrópicas com o objetivo de combater a pobreza e a mortalidade infantil e, para isso, adotou uma perspectiva médico-higienista⁽¹⁾. Inicialmente, as creches estiveram vinculadas ao atendimento da população de baixa renda, desenvolvendo trabalho de cunho assistencial, voltado à alimentação, higiene e segurança física das crianças, isolando-as de meios perniciosos^(2,3). A introdução ao sistema educativo foi conduzida pelas teorias da privação cultural em meados de 1970, baseada nos princípios da educação compensatória, considerando a criança sempre em falta às condições básicas e a creche como compensadora das deficiências biopsicoculturais^(1,4).

Atualmente, qualidades como ser mãe, gostar de criança e/ou ser mulher cedem lugar a propostas mais elaboradas de profissionalização, que objetivam instrumentalizar o educador para desenvolver nas crianças aspectos cognitivos, afetivos e sociais, mediante ações e atividades problematizadoras e integradas a outros profissionais, voltadas à faixa etária de zero a seis anos⁽⁵⁾. Entretanto, ainda existem grandes variações na formação e capacitação profissional dos trabalhadores responsáveis pelo atendimento direto às crianças nesses locais. Pode-se justificar este fato devido à presença de diferentes denominações adotadas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: auxiliar de desenvolvimento infantil (aquelas que não têm formação específica) ou professora de desenvolvimento infantil (as que têm formação específica e foram aprovadas em concurso)⁽⁶⁾.

Nos últimos anos, o Ministério da Educação (MEC) tem oferecido publicações para auxiliar a fase de transição das creches para o âmbito educacional. O MEC lançou, em 2005, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil, habilitando em magistério para a educação infantil cerca de 40 mil professores que se dedicavam ao trabalho com crianças de zero a seis anos, sem ter cursado ou concluído o ensino médio^(4,7). Com a grande difusão das creches em nossa sociedade, estão sendo transferidas para estas instituições as atribuições, antes da família, de desenvolver hábitos alimentares saudáveis. Atualmente, no Estado de São Paulo são 366.986 matrículas, sendo 55% apenas municipais⁽⁸⁾.

No entanto, além de desenvolver processos educativos, a creche também precisa oferecer alimentação equilibrada tanto quantitativa como qualitativamente, proporcionando educação alimentar e nutricional às crianças e suas famílias,

amenizando as situações de insegurança alimentar e promovendo o desenvolvimento e o crescimento infantil⁽⁹⁾. As práticas alimentares adequadas devem ser adotadas nos primeiros anos de vida, sendo esse o período no qual os hábitos alimentares se estabelecerão e perdurarão pela adolescência e idade adulta⁽¹⁰⁻¹⁵⁾.

Vários estudos realizados no Brasil demonstraram que a introdução precoce de alimentos complementares aumenta a morbimortalidade infantil como conseqüência de menor ingestão dos fatores de proteção existentes no leite materno, além de ser uma importante fonte de contaminação para as crianças^(10,11). Contudo, ainda não há na literatura estudos que avaliem o conhecimento das educadoras de creches sobre a alimentação infantil, por isso é indispensável que esse profissional tenha conhecimentos sobre a alimentação, assegurando e contribuindo para o bom desenvolvimento e crescimento das crianças. Além disso, os educadores devem atuar como multiplicadores, transmitindo seus conhecimentos para os pais das crianças atendidas.

Assim, pode-se perceber que, apesar das políticas e incentivos para a adoção de alimentação saudável nas creches, faltam esclarecimentos e ensinamentos voltados tanto para as educadoras sem formação específica como para aquelas com formação específica em pedagogia, já que não consta na grade curricular matéria específica sobre alimentação infantil⁽¹⁶⁾. Apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia (15/05/2006), no Artigo 5º, exigir que o egresso do curso esteja apto a compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual e social, faz-se necessário conhecer a alimentação infantil para atingir essa meta⁽¹⁶⁾. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar o conhecimento das educadoras de creches públicas e filantrópicas sobre a alimentação nos primeiros anos de vida.

Métodos

Esse trabalho faz parte do "Projeto Crecheficiente"⁽¹⁷⁾ cujo objetivo é capacitar, aperfeiçoar e atualizar os educadores de creches quanto aos cuidados de saúde e nutrição oferecidos aos lactentes e avaliar a aquisição de conhecimentos a respeito das atividades desenvolvidas pelos educadores.

O estudo foi realizado junto às creches pertencentes à subprefeitura de Santo Amaro, no município de São Paulo, abrangendo 36 creches: 16 diretas (prédio e funcionários contratados pela prefeitura) e 20 indiretas (prédio da prefeitura

e funcionários contratados pela instituição filantrópica que administra a creche). Destas, visitaram-se oito creches diretas e dez indiretas, considerando a facilidade de transporte e acesso às suas dependências. Após contatos telefônicos e visitas a essas instituições, quatro creches diretas e quatro indiretas foram selecionadas, segundo critérios descritos a partir da metodologia proposta por Beghin⁽¹⁸⁾. Priorizaram-se os seguintes critérios, em ordem decrescente de valor: maior número de lactentes (crianças de zero a 24 meses), maior número de educadoras, ausência de intervenção de educação em saúde anterior, segurança na execução da pesquisa e presença de regras de admissão que garantissem o atendimento apenas às famílias de baixa renda, consideradas aquelas com até dois salários mínimos *per capita* por mês.

Trata-se de estudo transversal, inicialmente com 146 educadoras, das quais, nove foram excluídas por terem pedido demissão da instituição ou transferidas para outras creches. Foram estudadas, 137 educadoras, com perda amostral de 6,6% .

Para avaliar o conhecimento sobre alimentação das educadoras, foi construído e aplicado um questionário estruturado e pré-codificado com questões de múltipla escolha e “verdadeiro e falso”. O questionário continha 23 questões sobre alimentação baseadas no conteúdo do Manual Crechefeiciente, subdivididas em três subtemas: aleitamento materno, aleitamento artificial e alimentação complementar, com 11, cinco e sete questões, respectivamente⁽¹⁹⁾. Para digitação do questionário foram atribuídas as notas: zero para acerto e um para erro, portanto, quanto maior o número de erros maior a nota final da educadora. Tomando por base esta nota, foram definidas as medianas como pontos de corte para construção dicotômica das variáveis. Para obter os dados pessoais das educadoras, aplicou-se uma ficha de identificação estruturada e pré-codificada, abordando variáveis socioeconômicas, demográficas, ambientais e experiência materna.

Os dados foram coletados de abril a junho de 2007, nas reuniões mensais realizadas nas creches, denominadas Paradas Pedagógicas, nas quais se discutem temas relacionados ao cuidado e educação das crianças com o objetivo de desenvolver, aprimorar e avaliar as atividades colocadas em prática na rotina das creches.

Após a coleta, os dados foram transcritos com dupla digitação e posterior validação no programa Epi-Info 2000⁽²⁰⁾. O ponto de corte para dicotomização, quando consideradas as 23 questões, foi mais de sete erros. Quando analisados separadamente os subtemas do instrumento de avaliação com 11, cinco e sete questões, os pontos de corte foram,

respectivamente, mais de três, dois e dois erros. Realizaram-se a seguir análises de consistência e estatística descritiva univariada e bivariada. No estudo das associações, utilizou-se o teste do qui-quadrado, selecionando variáveis com nível de significância $p < 0,05$ ⁽²¹⁾.

Este estudo foi iniciado após sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo e os termos de consentimento livre e esclarecido foram assinados pelos educadores após o esclarecimento sobre o teor da pesquisa.

Resultados

A idade das educadoras variou de 19 a 66 anos, com mediana de 38 anos. Entre elas, o tempo de trabalho nas creches incluídas no estudo variou de menos de um até 26 anos, sendo que 47,1% trabalharam em outras creches anteriormente.

Das 137 educadoras, 41,3% tinham o curso superior completo, 26,1% o ensino superior incompleto e 28,3% cursaram o segundo grau com magistério. Somente algumas educadoras tinham o segundo grau completo sem magistério (0,7%) ou o primeiro grau completo (1,4%). A renda mensal da família das educadoras variou de R\$564,00 a R\$15.000,00, com variação do salário bruto de R\$540,00 a R\$3.415,00.

As educadoras, em sua maioria, erraram 25 a 50% (seis a 12 questões) das 23 questões do tema alimentação. A mediana de erros e o desvio padrão (dp) dos subtemas aleitamento materno, aleitamento artificial, alimentação complementar e de todas as questões foram, respectivamente: três (dp=1,75), dois (dp=0,87), dois (dp=0,96), sete (dp=2,65). Dentro dos subtemas, as questões com maior porcentagem de erros foram: higiene da mãe durante a amamentação (79,0%), verificação da temperatura do leite na mamadeira (87,7%) e primeiro alimento a ser oferecido na introdução dos novos alimentos (68,8%).

Na Tabela 1 encontram-se os dados analisados da ficha de identificação, com o maior número de erros de acordo com a mediana de todas as questões sobre alimentação. Pôde-se verificar que as educadoras que terminaram o ensino superior completo erraram menos questões, comparadas às que não terminaram ou que apresentam menor grau de escolaridade.

Com relação ao subtema aleitamento materno (Tabela 2), as variáveis escolaridade e renda mensal apresentaram significância estatística. Constatou-se que as educadoras com menor grau de escolaridade e renda mensal inferior ou igual a R\$2.500,00 erraram mais questões sobre alimentação infantil.

Tabela 1 – Prevalências e razões de chance (IC 95%) para piores notas sobre alimentação, segundo variáveis socioeconômicas, demográficas e maternas das educadoras de oito creches do município de São Paulo

		n total	>7 erros em 23 questões		Odds Ratio (IC95%)	Valor p
			%	n		
Escolaridade	≤Superior incompleto	81	55,6	(45/137)	3,41 (1,64-7,13)	0,0008
	>Superior completo	56	26,8	(15/137)		
Idade	≤38 anos	68	33,8	(23/137)	0,44 (0,22-0,88)	0,0195
	>38 anos	69	53,6	(37/137)		
Renda mensal	≤R\$2500,00	70	50,0	(35/137)	1,68 (0,85-3,32)	0,13
	>R\$2500,00	67	37,3	(25/137)		
Tempo de trabalho naquela creche	<3 anos	66	47,0	(31/137)	1,28 (0,65-2,52)	0,47
	≥3 anos	71	40,8	(29/137)		
Tempo de trabalho total em creches	<5 anos	66	40,9	(27/137)	0,80 (0,41-1,57)	0,51
	≥5 anos	71	46,5	(33/137)		
Tem filhos	Sim	88	42,0	(37/137)	0,82 (0,41-1,66)	0,58
	Não	49	46,9	(23/137)		

Tabela 2 – Prevalências e razões de chance (IC 95%) para piores notas sobre aleitamento materno, segundo variáveis socioeconômicas, demográficas e maternas das educadoras de oito creches do município de São Paulo

		n total	>3 erros em 11 questões		Odds Ratio (IC95%)	Valor p
			%	n		
Escolaridade	≤Superior incompleto	81	45,7	(37/137)	2,52 (1,20-5,32)	0,0138
	>Superior completo	56	25,0	(15/137)		
Idade	≤38 anos	68	35,3	(24/137)	0,85 (0,42-1,70)	0,64
	>38 anos	69	39,1	(27/137)		
Renda Mensal	≤R\$2500,00	70	48,6	(34/137)	2,78 (1,35-5,72)	0,0049
	>R\$2500,00	67	25,4	(17/137)		
Tempo de trabalho na creche	<3 anos	66	40,9	(27/137)	1,36 (0,68-2,72)	0,38
	≥3 anos	71	33,8	(24/137)		
Tempo de trabalho total em creches	<5 anos	66	38,8	(26/137)	1,10 (0,55-2,19)	0,79
	≥5 anos	71	36,6	(26/137)		
Tem filhos	Sim	88	35,2	(31/137)	0,79 (0,38-1,62)	0,51
	Não	49	40,8	(20/137)		

Observando o subtema alimentação complementar (Tabela 3), as seguintes variáveis apresentaram significância estatística: escolaridade, idade, tempo de trabalho total em creches e presença de filhos. As educadoras com menor grau de escolaridade, idade acima de 38 anos, com filhos e com tempo maior ou igual a cinco anos de experiência profissional em creches apresentaram mais erros no questionário. Nesse subtema, obteve-se a maior significância

estatística, o que representa uma menor chance dos dados colhidos estarem errados.

No subtema aleitamento artificial, nenhuma variável mostrou significância estatística, demonstrando, no geral, que as educadoras não apresentavam muito conhecimento sobre fórmulas infantis, diluição do leite de vaca, uso de engrossantes, higienização e verificação da temperatura da mamadeira.

Tabela 3 – Prevalências e razões de chance (IC 95%) para piores notas sobre alimentação complementar segundo variáveis socioeconômicas, demográficas e maternas das educadoras de oito creches do município de São Paulo, 2007

		n total	> 2 erros em 7 questões %	n	Odds Ratio (IC95%)	Valor p
Escolaridade	≤Superior incompleto	81	42,0	(34/137)	2,03	0,0433
	>Superior completo	56	25,0	(14/137)	(1,02-4,04)	
Idade	≤38 anos	68	17,6	(12/137)	0,2	<0,0001
	>38 anos	69	52,2	(36/137)	(0,09-0,43)	
Renda mensal	≤R\$2500,00	70	28,6	(20/137)	0,56	0,10
	>R\$2500,00	67	41,8	(28/137)	(0,27-1,13)	
Tempo de trabalho na creche	<3 anos	66	27,3	(18/137)	0,51	0,06
	≥3 anos	71	42,3	(30/137)	(0,25-1,05)	
Tempo de trabalho total em creches	<5 anos	66	22,7	(15/137)	0,34	0,0029
	≥5 anos	71	46,5	(33/137)	(0,16-0,71)	
Tem filhos	Sim	88	43,2	(38/137)	2,96	0,0035
	Não	49	20,4	(10/137)	(1,31-6,68)	

Em síntese, a variável escolaridade apresentou significância estatística nas análises, reforçando que quanto maior o grau de escolaridade, maior o conhecimento das educadoras sobre o tema alimentação infantil. Vale ressaltar que, no quadro dos subtemas trabalhados, as questões com maior porcentagem de acertos foram: quando a mãe é muito magra não produz leite mais fraco (96,4%), a mãe não deve fortalecer o leite de vaca com farinhas (88,4%) e a melhor opção para ser oferecida como sobremesa são as frutas (99,3%).

Discussão

Vários trabalhos científicos vêm demonstrando uma variação na idade das educadoras e tal fato também pode ser notado nesse estudo⁽²²⁻²⁴⁾. Veríssimo, Rezende e Fonseca⁽²⁵⁾ e Rapoport⁽²⁶⁾ encontraram diferenças na idade das participantes de 23 a 42 anos (média: 32 anos) e de 20 a 61 anos (mediana: 35 anos), respectivamente. Por outro lado, os resultados aqui encontrados mostraram um aumento do grau de escolaridade das educadoras, quando comparados aos de pesquisas anteriores^(6,25). Demonstrando a relevância desse dado, obteve-se uma boa porcentagem de acertos nas questões sobre alimentação.

Diante dos resultados, nota-se que grande parte das educadoras (41,3%) terminou o ensino superior e poucas apresentaram o segundo grau completo sem magistério ou o primeiro grau completo (2,1%), o que nos leva a refletir que ainda há um grande caminho a ser percorrido até atingir o

patamar recomendado na lei quanto à formação profissional dos educadores de creche. Percebe-se significativa melhora em relação aos anos anteriores, pois somente seis a 25% das educadoras apresentavam o ensino superior completo, realçando assim os resultados finais, pois quanto menor o grau de escolaridade, menos conhecimento as educadoras mostram sobre a alimentação infantil^(6,25,26).

Para estabelecer parâmetros de qualidade e condições dignas de assistência à criança pequena, é necessária uma ação mais consciente e comprometida ética e politicamente, respeitando os critérios para um bom atendimento em creches, que vão desde a qualificação profissional dos educadores em questão até os Direitos Fundamentais das Crianças, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, as Resoluções CEB nº 1/2 e os Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil⁽²⁷⁻³⁰⁾.

Segundo Campos⁽³¹⁾, seria importante que os cursos de Pedagogia proporcionassem uma flexibilidade, de forma que os futuros professores pudessem montar seu próprio currículo a partir de um módulo básico e de disciplinas especializadas que os preparassem para o trabalho, conforme a faixa etária escolhida. Os professores que desejassem mudar de nível de ensino poderiam retornar ao curso de formação somente para aquelas disciplinas especializadas, relacionadas à nova faixa etária de crianças com as quais querem trabalhar⁽³¹⁾. Com essa metodologia, o profissional iria dedicar maior tempo de estudo e aprendizado à faixa etária específica de seu interesse. Assim, na educação infantil, poderia ser acrescida matéria

específica sobre alimentação de crianças de zero a seis anos, já que nessa fase a criança aprende e adquire hábitos alimentares que perdurarão pelo resto de sua vida.

Em relação à experiência profissional, quem apresentou mais de cinco anos de trabalho em creches errou mais questões, demonstrando que as educadoras mais antigas têm menor conhecimento. Esse fato também foi observado em outros trabalhos científicos, os quais, ao avaliar o conhecimento de trabalhadoras de creches e seus cuidados a crianças com infecção respiratória aguda, encontraram que 69% das educadoras tinham experiência superior a dez anos e, mesmo assim, apresentavam pouco conhecimento sobre o tema⁽⁶⁾.

Analisando o tema alimentação por meio das 23 questões, a variável “presença de filhos” não apresentou significância estatística. Houve, contudo, menor porcentagem de erros entre as educadoras com filhos, comparadas às que não tinham filhos, indicando que ser mãe pode influenciar positivamente nos conhecimentos sobre o tema, talvez por sua vivência anterior. No que se refere ao aleitamento materno, as educadoras sem filhos erraram mais questões do que as que tinham filhos, apontando novamente a experiência vivenciada como um fator positivo, todavia não suficiente para garantir práticas adequadas.

O subtema alimentação complementar demonstra o resultado da rotina das educadoras em suas respectivas creches, pois todas trabalham com crianças na faixa etária em que há a transição à introdução de novos alimentos. É necessário um enfoque maior sobre o tema alimentação, pois, mesmo que as educadoras trabalhem com o assunto em sua rotina, muitas vezes os conhecimentos e as práticas não são coerentes, indi-

cando a necessidade de maior conhecimento para não causar futuros distúrbios ou transtornos alimentares nas crianças.

Os resultados revelaram que as educadoras possuem conhecimentos associados às suas próprias concepções e se baseiam em costumes, valores e crenças sedimentados em experiências e situações vivenciadas, podendo prejudicar a prestação de cuidados no coletivo em relação à alimentação das crianças⁽³²⁾. Pôde-se observar tal fato nas questões com maior porcentagem de erros, quando as educadoras demonstraram achar que a melhor maneira de verificar a temperatura do leite na mamadeira seria encostando o bico no dorso da mão e pingando algumas gotinhas, enquanto o correto seria envolver as mãos em torno do utensílio. O mesmo ocorreu na questão do primeiro alimento a ser oferecido quando da introdução dos novos alimentos, item no qual as educadoras apontaram como correto o suco de laranja lima, mas se sabe que pode ser oferecido à criança qualquer tipo de fruta e não necessariamente a laranja lima⁽¹⁹⁾.

Vale ressaltar a necessidade de um maior número de estudos que abordem a avaliação do conhecimento da alimentação infantil por educadoras de creches, já que não se encontrou trabalhos científicos sobre o tema. Apesar das limitações inerentes aos estudos de natureza qualitativa com procedimento amostral não probabilístico, os resultados dessa pesquisa evidenciam, mais uma vez, que somente os conhecimentos incorporados na prática são insuficientes para promover boa alimentação e hábitos alimentares saudáveis para o crescimento e desenvolvimento adequados das crianças atendidas. Assim, é de extrema importância que haja difusão de programas de ação continuada e aprimoramento de ações intersetoriais, envolvendo as equipes multiprofissionais e as creches locais.

Referências bibliográficas

1. Santos LES. Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde. São Paulo: Artes Médicas; 2004.
2. Verissimo MLOR, Fonseca RMGS. O cuidado da criança segundo trabalhadoras de creches. *Rev Latin Amer Enferm* 2003;11:28-35.
3. Saraiva JM. Perfil do trabalhador do setor de nutrição e saúde de creches públicas da cidade do Recife-PE [tese de mestrado]. Recife: UFPE; 1999.
4. Souza TN, Carvalho MC. Qualidade de ambientes de creches: uma escala de avaliação. *Psicol Estudo* 2005;10:87-96.
5. Volpato CF, Mello AS. Trabalho e formação dos educadores de creche em Botucatu: reflexões críticas. *Cad Pesq* 2005;35:723-45.
6. Martins J, Verissimo MLR. Conhecimentos e práticas de trabalhadoras de creches municipais relativo ao cuidado da criança com infecção respiratória aguda. *Comunic Saúde Educ* 2006;10:487-504.
7. Kramer S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. *Educ Soc* 2006;27:797-818.
8. Brasil – Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [homepage on the Internet]. Censo escolar 2006 [cited 2007 Feb 27]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm>
9. Bogus CM, Nogueira-Martins MCF, Moraes DEB, Taddei JAAC. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. *Rev Nutr Campinas* 2007;20:499-514.
10. Simon VGN, Souza JMP, Souza SB. Introdução de alimentos complementares e sua relação com variáveis demográficas e socioeconômicas, em crianças no primeiro ano de vida, nascidas em Hospital Universitário no município de São Paulo. *Rev Bras Epidemiol* 2003;6:29-38.
11. Vieira GO, Silva LR, Vieira TO, Almeida JAG, Cabral VA. Hábitos alimentares de crianças menores de 1 ano amamentadas e não-amamentadas. *J Pediatr (Rio J)* 2004;80:411-6.
12. Monte CM, Giugliani ER. Recomendações para alimentação complementar da criança em aleitamento materno. *J Pediatr (Rio J)* 2004;80(Suppl 5):S131-41.
13. Barbosa RMS, Crocchia C, Carvalho CGN, Franco VC, Salles-Costa R, Soares EA. Consumo alimentar de crianças com base na pirâmide alimentar brasileira infantil. *Rev Nutr* 2005;18:633-41.

14. Vitolo MR, Bortolini GA. Introdução precoce de alimentos de baixo valor nutricional na primeira infância. Estudo de campo randomizado. *Nutr em Pauta* 2004;68:13-7.
15. Spolidoro JV, Muller DP. Alimentação no primeiro ano de vida. *Rev Bras Nutr Clin* 2001;16:175-9.
16. Brasil – Ministério da Educação [homepage on the Internet]. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura - Resolução CNE/CP nº 1, 2006 [cited 2007 Feb 27]. Available from: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf
17. Taddei JA, Oliveira MN, Konstantyner T. Impacto do treinamento de educadoras de creches públicas/filantrópicas nas práticas higiênico-dietéticas e na saúde/nutrição dos lactentes [Projeto FAPESP nº 2006 / 02597-0]. São Paulo: Unifesp; 2006
18. Beghin I. Selecting specific nutrition intervention for incorporation into rural development projects. *Philipp J Nutr* 1983;36:106-14.
19. Taddei JAAC, Brasil ALD, Palma D, Moraes DEB, Ribeiro LC, Lopez FA. Manual crechificante: guia prático para educadores e gerentes. São Paulo: Manole, 2006.
20. Dean AG, Arner TG, Sangam S, Sunki GG, Friedman R, Lantinga M *et al*. Epi Info 2000: a database and statistics program for public health professionals for use on Windows 95, 98, NT, and 2000 computers. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention; 2000.
21. Norman GR, Streiner DL. *Biostatistics: the bare essentials*. 2nd ed. St Louis: Mosby; 2000.
22. Dias AA. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. *Psico Reflexão Crit* 2005;18:370-80.
23. Melchiori LE, Alves ZMMB. Crenças de educadoras de creche sobre temperamento e desenvolvimento de bebês. *Psicol: Teoria Pesq* 2001;17:285-92.
24. Melchiori LE, Alves ZMMB. Comportamento de bebês na rotina diária da creche. *Rev Bras Cresc Desenv Hum* 2002;12:39-51.
25. Veríssimo MLOR, Rezende MA, Fonseca RMGS. Relações creche-família segundo educadoras de creches. *Rev Bras Cresc Desenv Hum* 2003;13:27-39.
26. Rapoport A, Piccinini CA. Concepções de educadoras sobre a adaptação de bebês à creche. *Psicol: Teoria Pesq* 2001;17:69-78.
27. Campos MM, Rosemberg F. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Políticas Educacionais, Coordenação Geral de Educação Infantil, 1995.
28. Lerrer D. É de pequeno que se aprende. *Educação* 1999;219:18-21.
29. Brasil – Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CEB n. 1, de 7/4/99. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: CNE, 1999.
30. Brasil – Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
31. Campos MM. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. *Educ Sociedade* 1999;68:126-42.
32. Teixeira-Palombo CN, Fujimori E. Conhecimentos e práticas de educadoras infantis sobre anemia. *Rev Bras Saúde Matern Infant* 2006;6:209-16.